



MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Dinis Pinheiro
1º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique
2º-Vice-Presidente: Deputado Inácio Franco
3º-Vice-Presidente: Deputado Paulo Guedes
1º-Secretário: Deputado Dilzon Melo
2º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr.
3º-Secretário: Deputado Jayro Lessa

SUMÁRIO

1 - ATAS

1.1 - Reunião de Comissões

2 - ORDENS DO DIA

2.1 - Plenário

2.2 - Comissões

3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

3.1 - Plenário

3.2 - Comissões

4 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

5 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

6 - ERRATA



ATAS

ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 10/5/2012

Às 11h5min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Sávio Souza Cruz, Tiago Ulisses e Lafayette de Andrada (substituindo o Deputado João Vítor Xavier, por indicação da Liderança do BTR), membros da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Rogério Correia. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Sávio Souza Cruz, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Tiago Ulisses, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante da pauta e a discutir e votar proposições da Comissão. Passa-se à 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.783/2012 na forma do Substitutivo nº 1 (relator: Deputado Sávio Souza Cruz). Passa-se à 3ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetido a votação, é aprovado o requerimento do Deputado Anselmo José Domingos em que solicita seja realizada reunião de audiência pública para tratar do projeto de construção de barragem na Bacia Hidrográfica do Ribeirão dos Pintos, no Município de Itatiaiuçu, pela empresa MMX. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 14 de junho de 2012.

Sávio Souza Cruz, Presidente – Antônio Júlio – Duarte Bechir.

ATA DA 15ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 17/5/2012

Às 14h30min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados André Quintão, Carlin Moura, Sebastião Costa e Glaycon Franco (substituindo o Deputado Neilando Pimenta, por indicação da Liderança do BTR), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado André Quintão, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Carlin Moura, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar proposições da Comissão. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos do Deputado André Quintão em que solicita seja realizada visita à Praça da Estação no dia 18/5/2012, às 9 horas, quando acontecerão as atividades do Dia Nacional da Luta contra o Abuso e a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, e será realizado o "banner humano"; do Deputado Carlin Moura em que solicita seja realizada visita à Cemig no dia 17/5/2012, às 16 horas, com a finalidade de tratar sobre o fornecimento de energia elétrica para a comunidade Nascente Imperial, em



Contagem. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 14 de junho de 2012.

André Quintão, Presidente - João Leite - Carlin Moura.

ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO ESPECIAL DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER, EM 29/5/2012

Às 16h15min, comparecem na Sala das Comissões as Deputadas Luzia Ferreira e Liza Prado e o Deputado Dalmo Ribeiro Silva, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Dalmo Ribeiro Silva, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento da Deputada Liza Prado, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar proposições da Comissão. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos da Deputada Rosângela Reis (3) em que solicita seja encaminhado às Secretarias de Desenvolvimento Social e de Defesa Social pedido para que informem o montante total e regional de recursos financeiros investidos pelo governo em ações de enfrentamento da violência doméstica e familiar contra a mulher no Estado e no Vale do Aço; seja encaminhado à Presidência do Tribunal de Justiça pedido de providências para a agilização da instalação e a manutenção da Vara Criminal Especializada de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher em Ipatinga; e seja encaminhado à Delegacia Regional de Polícia Civil de Ipatinga e ao Comando da 12ª Região da PMMG pedido de informações para que enviem os dados estatísticos referentes à violência doméstica e familiar contra a mulher nos Municípios da Região Metropolitana do Vale do Aço. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 12 de junho de 2012.

Dalmo Ribeiro Silva, Presidente - Maria Tereza Lara.



ORDENS DO DIA

ORDEM DO DIA DA 45ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 19/6/2012

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Votação, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 3/2011, do Deputado Sargento Rodrigues e outros, que altera os arts. 55, 56, 62 e 70 da Constituição do Estado. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 19/2011, do Deputado Gustavo Valadares, que altera a Lei Complementar nº 89, de 12/1/2006. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Assuntos Municipais opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.545/2011, do Deputado Bruno Siqueira, que proíbe a comercialização, a distribuição e a utilização de serpentinas metalizadas e produtos similares no Estado. A Comissão de Segurança Pública opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 941/2011, do Deputado Arlen Santiago, que dispõe sobre a afixação de cartazes informativos em postos de combustíveis e restaurantes localizados às margens de rodovias estaduais com alerta aos motoristas de caminhões sobre os riscos de dirigir sob efeito de álcool, drogas e medicamentos. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Segurança Pública opina pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1a 3, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.169/2011, do Deputado Leonardo Moreira, que proíbe as instituições de ensino superior de efetuar qualquer tipo de cobrança para emissão de diploma de conclusão de curso. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Educação opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresenta, e pela rejeição do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, da Comissão de Educação, e pela rejeição do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.344/2011, do Deputado Luiz Carlos Miranda, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Raul Soares a área que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.382/2011, do Deputado Célio Moreira, que dispõe sobre a desafetação de bem público e autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Campos Altos o trecho rodoviário que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Transporte opina pela aprovação com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Transporte.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.745/2011, do Governador do Estado, que cria as carreiras de Médico da Área de Gestão e Atenção à Saúde, no âmbito da Secretaria de Estado de Saúde, e de Médico Perito, no âmbito da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, altera as Leis nº 15.462 e nº 15.470, ambas de 13/1/2005, nº 15.474, de 28/1/2005, e a Lei Delegada nº 174, de 26/1/2007. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com as Emendas nºs 1 a 17, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1, 2 e 4 a 16, da Comissão de Justiça, com a Emenda nº 3, da Comissão de Justiça, na forma da Subemenda nº 1, que apresenta, e com as Emendas nºs 18 a 20, que apresenta, e pela rejeição da Emenda nº 17, da Comissão de Justiça. As Comissões de Saúde e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1, 2 e 4 a 16, da Comissão de Justiça, com a Emenda nº 3, da Comissão de Justiça, na forma da Subemenda nº 1, da Comissão de Administração Pública, com as Emendas nºs 18 a 20, da Comissão de Administração Pública e pela rejeição da Emenda nº 17, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.781/2012, do Governador do Estado, que institui o Fundo Estadual de Café – Fecafé. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com as Emendas nºs 1 a 7, que apresenta. A Comissão de Política Agropecuária opina pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 a 7, da Comissão de Justiça, e com as Emendas nºs 8 a 14, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta, e pela rejeição das Emendas nºs 11 e 12, da Comissão de Política Agropecuária.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.996/2012, do Governador do Estado, que altera o art. 13 da Lei nº 19.091, de 30/7/2010. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.033/2012, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Itacambira o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.056/2012, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Carmópolis de Minas o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.057/2012, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Capim Branco o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.058/2012, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Barão do Monte Alto o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.086/2012, do Governador do Estado, que cria o cargo de Secretário de Estado Extraordinário para Coordenação de Investimentos no âmbito do Poder Executivo e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com a Emenda nº 1, da Comissão de Administração Pública.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

ORDEM DO DIA DA 17ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9H30MIN DO DIA 19/6/2012

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimento nº 3.246/2012, da Deputada Liza Prado.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 14ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 19/6/2012

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 632/2011, do Deputado Antônio Carlos Arantes.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 3.087/2012, do Deputado Anselmo José Domingos.

Requerimentos nºs 3.240/2012, do Deputado Délio Malheiros; 3.241/2012, do Deputado Délio Malheiros; 3.242/2012, do Deputado Délio Malheiros.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 15ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 19/6/2012

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Continuidade ao debate sobre a prestação de serviço de telefonia móvel nos Municípios beneficiados pelo Programa Minas Comunica, com a presença de convidados.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 17ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 19/6/2012

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 243/2011, do Deputado Elismar Prado; e Recurso nº 1/2012, do Deputado Sávio Souza Cruz.

No 1º turno: Projetos de Lei Complementar nºs 6/2011, da Deputada Rosângela Reis; 25/2012, do Deputado Anselmo José Domingos; e 28/2012, do Governador do Estado; Projetos de Lei nºs 697/2011, do Deputado Arlen Santiago; 719/2011, do Deputado Almir Paraca; 1.182/2011, do Deputado Leonardo Moreira; 1.213/2011, do Deputado Gustavo Valadares; 1.228 e 1.252/2011, do Deputado Leonardo Moreira; 1.516/2011, do Deputado Gustavo Corrêa; 1.558/2011, do Deputado Duarte Bechir; 1.618/2011, da Deputada Rosângela Reis; 1.875/2011, do Deputado Leonardo Moreira; 1.965/2011, da Deputada Liza Prado; 2.377 e 2.401/2011, do Deputado Rômulo Viegas; 2.460/2011, do Deputado Delvito Alves; 2.580/2011, do Deputado Pompílio Canavez; 2.776/2011, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 2.941/2012, do Deputado Marques Abreu; 3.073/2012, do Deputado Gilberto Abramo; 3.113/2012, do Deputado Duílio de Castro; 3.188/2012, do Deputado Rômulo Viegas; 3.193/2012, do Deputado Dilzon Melo; e 3.213/2012, do Deputado Delvito Alves.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 2.258/2011, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 2.666/2011, do Deputado Célio Moreira; 2.739/2011, do Deputado Luiz Humberto Carneiro; 2.755/2011, do Deputado Adelmo Carneiro Leão; 2.828/2012, do Deputado Duarte Bechir; 2.988/2012, do Deputado Doutor Viana; 3.169/2012, do Deputado Antônio Júlio; 3.182/2012, do Deputado Adalclever Lopes; 3.186/2012, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 3.189/2012, do Deputado Sebastião Costa; 3.202/2012, do Deputado Neilando Pimenta; e 3.209/2012, do Deputado Antônio Carlos Arantes.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E COOPERATIVISMO NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10H30MIN DO DIA 19/6/2012

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.



2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 885/2011, do Deputado Carlin Moura.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimento nº 3.204/2012, da Deputada Liza Prado.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 19/6/2012

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 3.219/2012, da Comissão Especial da Violência contra a Mulher; 3.253/2012, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 3.270 e 3.271/2012, do Deputado Duarte Bechir.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 19/6/2012

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 760/2011, do Deputado Wander Borges; 771/2011, do Deputado Ivair Nogueira.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 2.609/2011, do Deputado André Quintão; 3.076/2012, do Deputado Antonio Lerin.

Requerimentos nºs 3.163; 3.164/2012, do Deputado Anselmo José Domingos; 3.180/2012, do Deputado Elismar Prado; 3.245/2012, do Deputado Hélio Gomes; e 3.249/2012, do Deputado Bruno Siqueira.

Debate sobre a situação do transporte individual de passageiros por táxi no Aeroporto Internacional Tancredo Neves.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 17ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 19/6/2012

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 135/2011, do Deputado Elismar Prado; 3.126/2012, do Deputado Antônio Carlos Arantes; 3.132/2012, do Deputado Celinho do Sinttrocel; 3.140/2012, do Deputado Antônio Júlio; 3.155/2012, do Deputado Gilberto Abramo; e 3.159/2012, da Deputada Rosângela Reis.

Requerimento nº 3.244/2012, do Deputado Gustavo Perrella.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO ESPECIAL DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER, A REALIZAR-SE ÀS 16 HORAS DO DIA 19/6/2012

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.



ORDEM DO DIA DA 13ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE REDAÇÃO NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 20/6/2012

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres em fase de redação final.

Discussão e votação de proposições da Comissão.



EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião extraordinária da Assembleia para as 20 horas do dia 19/6/2012, destinada, na 1ª Parte, à leitura e aprovação da ata da reunião anterior; na 2ª Parte, 1ª Fase, à apreciação de pareceres e requerimentos; e, na 2ª Fase, à apreciação da Proposta de Emenda à Constituição nº 3/2011, do Deputado Sargento Rodrigues e outros, que altera os arts. 55, 56, 62 e 70 da Constituição do Estado; do Projeto de Lei Complementar nº 19/2011, do Deputado Gustavo Valadares, que altera a Lei Complementar nº 89, de 12/1/2006; e dos Projetos de Lei nºs 941/2011, do Deputado Arlen Santiago, que dispõe sobre a afixação de cartazes informativos em postos de combustíveis e restaurantes localizados às margens de rodovias estaduais com alerta aos motoristas de caminhões sobre os riscos de dirigir sob efeito de álcool, drogas e medicamentos; 1.169/2011, do Deputado Leonardo Moreira, que proíbe as instituições de ensino superior de efetuar qualquer tipo de cobrança para emissão de diploma de conclusão de curso; 1.545/2011, do Deputado Bruno Siqueira, que proíbe a comercialização, a distribuição e a utilização de serpentina metalizadas e produtos similares no Estado; 2.344/2011, do Deputado Luiz Carlos Miranda, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Raul Soares a área que especifica; 2.382/2011, do Deputado Célio Moreira, que dispõe sobre a desafetação de bem público e autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Campos Altos o trecho rodoviário que especifica; 2.745/2011, do Governador do Estado, que cria as carreiras de Médico da Área de Gestão e Atenção à Saúde, no âmbito da Secretaria de Estado de Saúde, e de Médico Perito, no âmbito da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, altera as Leis nº 15.462 e nº 15.470, ambas de 13/1/2005, nº 15.474, de 28/1/2005, e a Lei Delegada nº 174, de 26/1/2007; 2.781/2012, do Governador do Estado, que institui o Fundo Estadual de Café – Fecafé –; 2.996/2012, do Governador do Estado, que altera o art. 13 da Lei nº 19.091, de 30/7/ 2010; 3.033/2012, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Itacambira o imóvel que especifica; 3.056/2012, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Carmópolis de Minas o imóvel que especifica; 3.057/2012, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Capim Branco o imóvel que especifica; 3.058/2012, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Barão do Monte Alto o imóvel que especifica; e 3.086/2012, do Governador do Estado, que cria o cargo de Secretário de Estado Extraordinário para Coordenação de Investimentos no âmbito do Poder Executivo e dá outras providências; e à discussão e votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 18 de junho de 2012.

Dinis Pinheiro, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Duarte Bechir, Carlin Moura, Neilando Pimenta e Paulo Lamac, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 19/6/2012, às 9h45min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar o Parecer para o 1º Turno do Projeto de Lei nº 3.128/2012, do Governador do Estado, de votar, em turno único, os Requerimentos nºs 3.238/2012, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, e 3.243/2012, do Deputado Fábio Cherem, e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 18 de junho de 2012.

Bosco, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Especial da Violência Contra a Mulher

Nos termos regimentais, convoco as Deputadas Luzia Ferreira, Rosângela Reis e Maria Tereza Lara e o Deputado Ivair Nogueira, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 19/6/2012, às 14h30min, na Sala das Comissões, com a



finalidade de debater a produção de informações sistematizadas sobre a violência contra a mulher e os instrumentos de monitoramento e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 18 de junho de 2012.

Dalmo Ribeiro Silva, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Doutor Viana, Antônio Júlio, Gustavo Perrella, João Vítor Xavier, Romel Anízio e Ulysses Gomes, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 19/6/2012, às 16h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar os pareceres para o 2º turno dos Projetos de Lei n°s 625/2011, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, 2.784, 2.915 a 2.919, 2.958 a 2.961/2012, do Governador do Estado, e 3.034/2012, do Deputado Duarte Bechir; e para o 1º turno dos Projetos de Lei n°s 3.099, 3.128 e 3.152/2012, do Governador do Estado; e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 18 de junho de 2012.

Zé Maia, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial

Nos termos regimentais, convoco a Deputada Liza Prado e os Deputados Fabiano Tolentino, Romel Anízio e Tiago Ulisses, membros da supracitada Comissão, para a reunião de audiência pública, com a presença de convidados, a ser realizada em 21/6/2012, às 10 horas, na Fazenda Experimental da Epamig, localizada no Km 6 da rodovia Três Pontas-Santana da Vargem, no Município de Três Pontas, com a finalidade de participar dos eventos da Expocafé-2012 e debater, com os produtores, a política econômica para o setor cafeeiro e suas perspectivas, gargalos, dificuldades e metas de fortalecimento do setor, e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 18 de junho de 2012.

Antônio Carlos Arantes, Presidente.



TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI N° 1.843/2011

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

Relatório

De autoria do Deputado Luiz Carlos Miranda, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública o Programa de Atendimento Integrado, com sede no Município de Ipatinga.

A matéria foi examinada preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei n° 1.843/2011 pretende declarar de utilidade pública o Programa de Atendimento Integrado, com sede no Município de Ipatinga, entidade de direito privado, sem fins lucrativos, que tem por escopo atender indivíduos em situação de vulnerabilidade e de risco social com programas específicos para cada faixa etária.

Na consecução de seu objetivo, a instituição organiza programas de assistência e atendimento à saúde e ao desenvolvimento social; promove o acesso de seus assistidos a programações culturais, desportivas, educativas, de lazer e de saúde; assegura ao adolescente a educação profissional; incentiva o voluntariado; apoia a integração social de jovens, adultos, idosos e pessoas com deficiência; realiza programas de treinamento, qualificação e atualização profissional; e acompanha a reabilitação de dependentes de álcool e outras drogas e sua reinserção social.

Tendo em vista o relevante trabalho social realizado pelo Programa de Atendimento Integrado no Município de Ipatinga, consideramos meritório que lhe seja outorgado o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei n° 1.843/2011, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 14 de junho de 2012.

Rosângela Reis, relatora.

**PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 2.795/2012****Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social
Relatório**

De autoria da Deputada Maria Tereza Lara, o projeto de lei em epígrafe visa declarar de utilidade pública a Organização Arte e Vida Solidária, com sede no Município de São Pedro dos Ferros.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade com a Emenda nº 1, que apresentou.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 2.795/2012 pretende declarar de utilidade pública a Organização Arte e Vida Solidária, com sede no Município de São Pedro dos Ferros, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de caráter sociocultural.

A instituição tem como propósito defender os bens e direitos difusos relacionados ao meio ambiente e ao patrimônio cultural; estimular o aperfeiçoamento e o cumprimento de legislação que instrumentalize a consecução desse propósito; promover ações que visem à preservação e ao desenvolvimento social e cultural da região; incentivar a solidariedade entre os diferentes segmentos sociais.

Cabe destacar que a Emenda nº 1, apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça, tem como objetivo adequar o nome da entidade ao consubstanciado no art. 1º de seu estatuto.

Tendo em vista o trabalho social realizado pela Organização Arte e Vida Solidária no Município de São Pedro dos Ferros, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.795/2012, em turno único, com a Emenda nº 1, apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, 14 de junho de 2012.

Rosângela Reis, relatora.

**MATÉRIA ADMINISTRATIVA****ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA**

Na data de 18/6/2012, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/02, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Durval Ângelo

exonerando Edmar Rosa Sobrinho do cargo de Supervisor de Gabinete II, padrão VL-43, 8 horas;
exonerando Fábio de Paiva Gardoni do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas;
exonerando Márcia Andréa Rodrigues Ferreira do cargo de Auxiliar Técnico Executivo, padrão VL-50, 8 horas;
exonerando Nereu Nunes Pereira do cargo de Secretário de Gabinete, padrão VL-34, 8 horas;
nomeando Edmar Rosa Sobrinho para o cargo de Auxiliar Técnico Executivo II, padrão VL-52, 8 horas;
nomeando Leandro Martins Almeida para o cargo de Secretário de Gabinete, padrão VL-34, 8 horas;
nomeando Márcia Andréa Rodrigues Ferreira para o cargo de Assistente de Gabinete I, padrão VL-40, 8 horas;
nomeando Marilene Varela para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas.

Nos termos do inciso VI, art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e das Resoluções nºs 5.086, de 31/8/90, 5.195, de 4/7/00, e 5.310, de 21/12/07, e da Lei nº 15.014, de 15/1/04, assinou o seguinte ato:

exonerando, a pedido, a partir de 18/6/2012, Camila Bicalho do Carmo do cargo de Analista Legislativo – na especialidade de Jornalista, padrão VL-45, classe I, código AL-AN, do Quadro de Pessoal desta Secretaria.

TERMO DE ADITAMENTO

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Artebrilho Multiserviços Ltda. Objeto: prestação de serviços gerais de vigia. Objeto do aditamento: revisão por convenção coletiva, nos termos da cláusula 5.2.2 do contrato. Vigência: a partir da assinatura, com efeitos financeiros retroativos, de acordo com a Convenção Coletiva do Trabalho nº 2.012/2012. Dotação orçamentária: 1011-01-122.701-2.009-3.3.90-10.1.

**ERRATA****PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 3.092/2012**

Na publicação da matéria em epígrafe, verificada na edição de 24/5/2012, na pág. 29, na Conclusão, onde se lê:



“Projeto de Lei nº 3.092/2012, em turno único, na forma apresentada”, leia-se:

“Projeto de Lei nº 3.092/2012, em turno único, com a Emenda nº 1, apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça”.